

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Maristela Carneiro

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

DOI 10.22533/at.ed.4482101041

### **CAPÍTULO 2..... 20**

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4482101042

### **CAPÍTULO 3..... 27**

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

DOI 10.22533/at.ed.4482101043

### **CAPÍTULO 4..... 43**

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

DOI 10.22533/at.ed.4482101044

### **CAPÍTULO 5..... 53**

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.4482101045

### **CAPÍTULO 6..... 68**

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.4482101046

### **CAPÍTULO 7..... 83**

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.4482101047

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>88</b>
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101048</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>100</b>
CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101049</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>111</b>
CERÂMICA VIVA	
Isabela Frade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010410</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>124</b>
COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010411</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>140</b>
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?	
Ralph José Neves dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010412</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>152</b>
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010413</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>174</b>
<b>ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE</b>	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010414</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>185</b>
<b>ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA</b>	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010415</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>204</b>
<b>ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018</b>	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010416</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>226</b>
<b>GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE</b>	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010417</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>243</b>
<b>GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO</b>	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010418</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>275</b>
<b>IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Luiz Laertes de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>297</b>
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro Luciane Maria Fadel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>309</b>
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima Felipe Lopes de Lima Gernei Goes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>320</b>
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>332</b>
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>346</b>
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>359</b>
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado Graziela Grando Bresolin Patricia de Sá Freire Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>373</b>
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010426</b>	

<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>388</b>
<b>TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA</b>	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010427</b>	
<b>CAPÍTULO 28.....</b>	<b>405</b>
<b>BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA</b>	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010428</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>418</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>419</b>



## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 11/01/2021

**Ralph José Neves dos Santos**

Universidade Estadual de Montes Claros  
UNIMONTES  
Pirapora-MG  
Orcid: 0000-0003-3936-3442

**RESUMO:** Este artigo trata de um tema que não é recente, mas que é relevante e polêmico nos debates atuais – definir desenvolvimento, tanto social como economicamente. Para entendimento, num primeiro momento foram expostos fragmentos teóricos de alguns estudiosos clássicos e atuais, relacionados ao que se considera desenvolvimento econômico. Num segundo momento, explanou-se sobre algumas teorias que tratam do desenvolvimento social, especialmente sob uma perspectiva humana. Em ambas as teorias, buscou-se também situar contextualmente o Brasil nas discussões, tanto do ponto de vista histórico quanto econômico e social. Ao final, foram elaboradas algumas considerações e críticas acerca do estudo, respondendo principalmente ao questionamento que deu origem ao título deste artigo.

**PALAVRAS - CHAVE:** desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; Estado.

### ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT: TWO SIDES OF THE SAME CURRENCY?

**ABSTRACT:** This article deals with a theme that is not recent, but that is relevant and controversial in current debates – a to define development, both socially and economically. For understanding, at first, theoretical fragments of some classic and current scholars were exposed, related to what is considered economic development. In a second moment, it was explained about some theories that deal with social development, especially from a human perspective. In both theories, it was also sought to situate Brazil contextually in the discussions, both from a historical, economic and social point of view. At the end, some considerations and criticisms about the study were elaborated, answering mainly to the questioning that gave rise to the title of this article.

**KEYWORDS:** economic development; Social development; State.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir duas visões relevantes, que são conhecidas a partir do que se considera desenvolvimento: o lado social e o lado econômico. Não objetiva-se, no entanto, esgotar o tema, ou ser tautológico, e sim, explanar acerca de tais teorias, identificando pontos de divergência e convergência entre ambas, com o intuito de sedimentar o conhecimento atual.

Para tanto, o debate será permeado por

autores clássicos e atuais, verificando a contribuição de cada um no tocante aos temas, objetivando compreender as relações de concordância e antagônicas que venham a existir entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o problema inicial deste estudo foi definir *Desenvolvimento*, concretamente como palavra e de forma abstrata como fenômeno. A partir desses conceitos, tentar compreender ou responder: O que é desenvolvimento social? O que é desenvolvimento econômico? Ambos existem? Se sim, onde se unem, onde se repelem? São lados da mesma moeda ou são moedas distintas?

Atualmente a discussão sobre desenvolvimento também ganha destaque no Brasil, especialmente na esfera política, onde grupos antagônicos disputaram o poder nas últimas eleições, mormente na esfera federal, deixando claro para a população, as suas distintas visões no tocante à economia e às questões sociais.

Por fim, acredita-se que o presente estudo contribui para esclarecer a importância do conhecimento de ambos os conceitos, bem como compreender as relações existentes entre eles.

## 2 I CONCEITUANDO DESENVOLVIMENTO: ECONÔMICO E SOCIAL

Inicialmente torna-se necessário definir a palavra desenvolvimento, em seu cerne. Segundo o dicionário, desenvolvimento tem o mesmo sentido de “crescimento e progresso”. Da mesma forma, a palavra crescimento tem como um dos seus significados “aumento de uma quantidade ou grandeza [...]”. Já a palavra progresso é definida também como “marcha para frente”. (FERREIRA, 2004, p. 198, 226 e 581).

Buscando esclarecer ainda mais o vocábulo desenvolvimento, descobre-se que “envolver” é o mesmo que “cercar, rodear, encerrar ou conter”. De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, o prefixo *des* tem “a noção básica de: (ii) cessação de algum estado primitivo ou de uma situação anterior” (CUNHA, 2010, p. 207). Daí, pode-se inferir que desenvolver é sair de uma condição de contenção para algo mais, além de um limite.

Nota-se que, a partir dessas definições iniciais, o desenvolvimento pode ser visto como algo positivo, e de certa forma, ligado ao aspecto quantitativo, sem fazer aqui nenhum tipo de juízo de valor.

Vale ressaltar, no entanto, que não é escopo deste estudo pesquisar a origem do desenvolvimento e suas transformações durante os tempos. Tem por objetivo definir o que é desenvolvimento, para tentar compreender suas principais relações, sejam elas colidentes ou não, a partir das óticas social e econômica.

Para tanto, é mister convidar para o debate, cujo tema principal é o desenvolvimento, alguns autores e estudiosos relevantes na história, a fim de que se possa começar a sedimentar o conhecimento já existente sobre o assunto. Assim, é interessante iniciar pelos

economistas clássicos.

O termo desenvolvimento pode ser encontrado na obra do economista clássico, Adam Smith (1723-1790), com o sentido de prosperidade ou riqueza. Para o autor, uma nação rica/próspera/desenvolvida seria aquela que conseguisse produzir mais do que toda a sua população pudesse consumir.

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. (SMITH, 1983, p. 35).

Contudo, Adam Smith acreditava que esse “desenvolvimento” seria possível se o foco estivesse na produtividade e na individualidade. A primeira seria alcançada por meio de uma quantidade maior de trabalhadores disposta ao trabalho e a segunda, através da liberdade individual, onde mesmo que cada um produzisse pensando somente em si, portanto, de forma egoísta, todos seriam beneficiados por aquela produção.

Já para Thomas Malthus (1766-1834), demógrafo e economista clássico, a ideia principal deveria estar focada na produção de alimentos proporcional à quantidade de habitantes. Percebe-se que ele segue a mesma linha de Adam Smith, porém, preocupa-se com o crescimento da população e defende uma maior intervenção do Estado nesse aspecto.

Outro dos economistas clássicos referenciados neste texto, é David Ricardo (1772-1823). Seguindo também as mesmas linhas de pensamento de Adam Smith e de Malthus, Ricardo se diferencia pela discussão dos salários. Ele acreditava que quanto maior a população, menor o nível de desenvolvimento, uma vez que a oferta de mão-de-obra seria maior que a demanda de capacidade das indústrias, o que afetaria os salários, reduzindo o poder de compra dos trabalhadores e aumentando os lucros dos capitalistas.

Para John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista britânico, assim como seus colegas anteriormente citados, o princípio da liberdade deveria ser defendido. Entretanto, ele se preocupava com a igualdade entre homens e mulheres e com o papel do Estado em intervir em algumas áreas, tornando os cidadãos mais educados e preparados para assumir novas responsabilidades. Mill foi um dos primeiros economistas a falar em variáveis não econômicas quando tratava de desenvolvimento. Seria então uma primeira visão social no desenvolvimento econômico.

Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é o de sempre lutar para progredir do ponto de vista econômico; que pensam que atropelar e pisar os outros, dar cotoveladas e andar sempre no encaço do outro são o destino

mais desejável da espécie humana, quando na realidade são os sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial. (MILL, 1983, p. 252).

Na visão de Marx (1818-1883), o desenvolvimento pode ser compreendido a partir do que considera como “desenvolvimento histórico”, ou seja, um processo pelo qual um país atinge determinados patamares, tendo como base uma perspectiva evolutiva de sociedade, passando necessariamente por etapas. Segundo o autor (2002, p. 17-18), “[...] uma nação deve e pode aprender de outra. [...] não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu desenvolvimento”.

Por fim, o último autor a ser citado é John Maynard Keynes (1883-1946), economista e empresário, que defendia a intervenção do Estado na economia, pois não acreditava na tão propalada estabilidade do sistema capitalista. Isso é claro em sua obra mais importante: “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicada em 1936.

Na visão de Keynes, o Estado poderia gerar demandas para elevar os níveis de emprego, o que acarretaria em maiores possibilidades de desenvolvimento da nação, especialmente aos países derrotados e devastados durante a guerra. Sua teoria ficou conhecida como *Welfare State* ou Estado de Bem-estar Social, implantada após a Segunda Guerra Mundial, perdurando até os anos finais da década de 1960.

Torna-se claro, após a explanação de todos esses autores clássicos, a forte presença econômica quando o tema desenvolvimento está em evidência. O crescimento de uma nação está sempre associado à sua economia, e isso leva em conta, o trabalho, a produção, a produtividade e a quantidade de habitantes. Aliás, quantidade parece ser a palavra ideal para definir desenvolvimento, haja vista que o mesmo é analisado pela maioria desses autores, sob o prisma quantitativo.

Nesse sentido, é importante analisar o desenvolvimento pelo viés econômico, dando ênfase a autores que construíram suas teorias, mormente a partir do século XX, para ser mais exato, após a chamada “*Era de Ouro do Capitalismo*”, assim denominada pelo historiador Eric Hobsbawn, cujo período está compreendido entre 1945 (pós II Guerra Mundial) e 1973 (Crise do Petróleo).

[...] Durante os anos 50, sobretudo nos países “desenvolvidos” cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. [...] Contudo, só depois que passou o grande *boom*, nos conturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores - sobretudo, para início de conversa, os economistas - começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez única. [...] O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise. (HOBSBAWN, 1995, p. 253).

Após a II Guerra Mundial, muitos países, especialmente os participantes diretos dela, buscaram sua reconstrução. Tanto os devedores, que perderam a guerra, quanto os credores, como os Estados Unidos, necessitavam organizarem-se economicamente, a fim de confirmar seu papel de potência mundial naquele momento.

## 2.1 Desenvolvimento econômico: um lado da moeda

Diante desse cenário, os países passaram a se preocupar mais com o desenvolvimento de sua economia, tanto para a referida reconstrução quanto para a sua expansão. Para o sociólogo americano, Immanuel Wallerstein (2002), esse desenvolvimento econômico tão almejado pelos países no pós-guerra, era o chamado “desenvolvimento nacional”, ou seja, a recuperação, a reconstrução e a reafirmação das nações, eram vistos de forma endógena, onde o Estado tinha papel fundamental nessas ações, e a “autodeterminação do povo”, segundo ele, seriam essenciais para o alcance dos seus objetivos. Segundo Wallerstein (2002, p. 123), “[...] se havia vontade e investimento, se podia modernizar aceleradamente a tecnologia e elevar assim o nível de vida geral”.

Pode-se inferir dessa afirmação do sociólogo estadunidense, que a industrialização seria uma das formas relevantes e principais, através da qual as nações poderiam buscar o desenvolvimento econômico, mormente quando se utiliza a palavra *tecnologia* em seu texto. “Modernizar aceleradamente a tecnologia” pode ser lida como “investir na industrialização a fim de desenvolver-se internamente”.

A fórmula parecia então ter sido encontrada. A ascensão do país seria definida pelo desenvolvimento econômico, sendo este alcançado pelos incentivos do Estado mais um forte investimento na industrialização de cada nação.

Contudo, a realidade histórica mostra um resultado diferente do que se planejava (se é que houve um planejamento), principalmente para os chamados países periféricos ou dependentes, como, por exemplo, o Brasil. O chamado “desenvolvimento para dentro”, era sim uma saída para os países no pós-guerra, porém, a pergunta a ser respondida era: De onde viriam os recursos a serem investidos nessa nova política desenvolvimentista dos países dependentes? A resposta parecia bastante clara: dos países centrais ou desenvolvidos.

O desenvolvimento econômico, de acordo com a teoria centro-periferia, teria, portanto, suas raízes nos chamados países de centro, a partir de uma visão capitalista, buscando a expansão de mercado. Aos países periféricos restaria submeterem-se às políticas expansionistas dessas nações, criando (ou reforçando) uma relação de dependência.

Dependência essa que, para Cardoso e Faletto (1970), era chamada de “desenvolvimento dependente associado”, ou seja, a abertura do mercado interno para o mercado externo. Os mesmos autores defendiam que:

[...] a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos *desenvolvimento e dependência*, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (CARDOSO E FALETTO, 1970, p. 141).

Percebe-se por essas evidências que o desenvolvimento econômico, no Brasil, na América Latina e em todo mundo, de uma forma generalizada, ocorreu de forma desordenada e dependente, especialmente nos países chamados periféricos. O que se pode inferir é a ocorrência de certo crescimento econômico nesses países, o que não implica necessariamente em desenvolvimento. Esse crescimento foi implementado pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, embora ressalta-se que, à custa desse “desenvolvimento” três consequências foram vislumbradas, trazendo à tona novamente o debate sobre o desenvolvimento econômico: 1) as fortes desigualdades sociais desenhadas no âmbito interno dos países; 2) a clara divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; 3) aumento no endividamento externo dos países periféricos.

Em 1973, esse *boom* do desenvolvimento econômico sofre um forte impacto, causado pela chamada Crise do Petróleo. Tantos os países desenvolvidos como os subdesenvolvidos se veem fragilizados diante de um problema que naquele momento se tornava global e não mais local, devido às vigorosas relações de dependência. Agora a pergunta a ser respondida é: O que fazer para que o desenvolvimento econômico perdure, ainda que diante de uma grande crise? A resposta mais simples: buscar um culpado. Dessa vez a intervenção do Estado parece ser o mais plausível na visão dos economistas e capitalistas.

A partir dessa visão, a economia de mercado parece ser a solução de todos os problemas, e o liberalismo surge novamente como única alternativa para que as nações voltem a produzir, vender e conseqüentemente desenvolver-se economicamente.

Entretanto, há que se ressaltar que a crise em si não apresenta somente aspectos negativos. A partir dela, pode-se também descortinar alguns problemas, que até então eram despercebidos ou velados pelos países de centro ou pelas classes dominantes, como por exemplo o subdesenvolvimento e as grandes desigualdades sociais. Num cenário de crescimento, é possível acreditar que “todos”, indistintamente, participam desse crescimento, o que não traduz a realidade.

Para o economista brasileiro, Celso Furtado, o desenvolvimento tende a criar desigualdades, e a partir dele surge o subdesenvolvimento. Enxergar as coisas sob o viés econômico é importante, mas não é essencial. Segundo o autor, “a reflexão sobre o desenvolvimento, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve como causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade”. (FURTADO, 1976, p. 25).

Se tivesse que singularizar uma ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a História, diria que ela se traduz na dicotomia *desenvolvimento-subdesenvolvimento*, que utilizei como título do livro em que reuni meus primeiros ensaios de teoria econômica. (FURTADO, 1990, p.171).

Essas afirmativas de Celso Furtado trazem à tona importantes questionamentos acerca do desenvolvimento econômico. O primeiro deles é: Por que o enfoque econômico deve ser o mais relevante no desenvolvimento de uma nação? O segundo: O desenvolvimento econômico prevê ou abarca o crescimento da população como um todo? O último: O desenvolvimento social não seria mais interessante que o desenvolvimento econômico?

Inicia-se então aqui a busca por essas e outras respostas, que possam trazer a compreensão sobre o que perpassa o desenvolvimento social e suas possíveis contribuições, em comparação às ideias já expostas acerca do desenvolvimento econômico.

## 2.2 Desenvolvimento social: outro lado da moeda

Definir desenvolvimento social não é tarefa simples. Muitas pessoas podem cometer o engano ao tentar conceituá-lo como oposição ao desenvolvimento econômico, o que seria simplório e uma inverdade, pois a sua compreensão é bem mais ampla.

Ao se acessar a internet, utilizando a expressão “desenvolvimento social” em alguns sites de busca, as respostas encontradas serão bem parecidas. Atrela-se desenvolvimento social a desenvolvimento humano, ou qualidade de vida e a órgãos públicos que promovem programas sociais, dentre eles um que é relevante citar: O Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES.

Segundo o site do referido banco:

O BNDES apoia projetos com impacto direto na melhoria das condições de vida da população brasileira. O Banco disponibiliza diversos mecanismos de financiamento, com investimentos que beneficiam os empreendedores de baixa renda, buscam ampliar serviços de saúde e educação, e que visam à redução das desigualdades regionais, dentre outros objetivos. O cumprimento dos direitos sociais também é indispensável no processo de aprovação de financiamentos do BNDES e tem a mesma relevância das exigências financeiras e econômicas. O Banco busca maximizar os impactos sociais positivos dos projetos que financia, como a geração e manutenção de empregos e o incremento do desenvolvimento local. (BNDES, 2015).

Nota-se, pelo exposto acima, que o desenvolvimento social aparece intimamente ligado aos aspectos econômicos, quando se afirma que “[...] o cumprimento dos direitos sociais tem a mesma relevância das exigências financeiras e econômicas”. Todavia, é preciso a compreensão de que, mesmo sendo uma empresa pública federal, o BNDES é um banco, e como tal tem o seu foco voltado para a área econômica e financeira.

Já a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46-47), busca também uma definição para o que considera desenvolvimento:

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida.

É possível entender, a partir do excerto acima, que dois termos corroboram com a busca pela definição do desenvolvimento, sendo “aspirações humanas” e “qualidade de vida”, ou seja, o desenvolvimento deve (ou deveria) partir das necessidades humanas, bem como compreender o que se entende por qualidade de vida.

O Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil, do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – define que: “o conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do o que de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento”. (PNUD, 1996, p. 01).

Ora, se o desenvolvimento humano está associado à qualidade de vida das pessoas e, por conseguinte, são os indivíduos que compõem o tecido social, seria cristalino deduzir que o desenvolvimento econômico não deve ser a origem para a compreensão das relações sociais e sim o contrário. O fator econômico, portanto, seria um dos aspectos importantes na sociedade, e não o principal.

Entretanto, no mesmo relatório do PNUD, encontra-se a seguinte afirmação:

[...] o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população [...]. (PNUD, 1996, p. 01).

Constata-se então, que a afirmação contrapõe ao que se tenta definir como desenvolvimento social. Se desenvolver, conforme definido no início deste capítulo, é sair de uma condição de contenção para algo mais, além de um limite. Se essa condição implica em melhorias na qualidade de vida das pessoas, ou seja, da sociedade, e, que o crescimento não assegura a melhoria de vida da população, qual o sentido do desenvolvimento econômico para as pessoas?

Celso Furtado responde:

[...] a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 75).

É válido neste momento retomar o discurso de Mill (1983, p. 252), exposto no início deste capítulo, quando diz: “Confesso que não me encanta o ideal de vida defendido por aqueles que pensam que o estado normal dos seres humanos é o de sempre lutar para



progredir do ponto de vista econômico [...]”.

Santos (2010, p. 04), corrobora, salientando que: “O desenvolvimento diz respeito à transformação da vida e das expectativas dos habitantes de um país, indo muito além de simples crescimento da renda monetária”.

Até aqui torna-se perceptível que o desenvolvimento econômico é relevante, porém, ao que parece, ele não deveria indicar sozinho os caminhos pelos quais a sociedade precisa caminhar. Aliás, talvez fosse interessante que ele fosse guiado e não guiasse. Nesse caminho surge então uma indagação: Quem pode ou deve ser o condutor nessa caminhada?

Adam Przeworski arrisca:

A teoria econômica mais recente mostra que os mercados não são eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as soluções de mercado. O Estado tem importante papel a desempenhar não só no que diz respeito a garantir a segurança material para todos e a buscar outros objetivos sociais, mas também como promotor do desenvolvimento econômico. (PRZEWORSKI, 2010, p. 40).

Locke (1988) *apud* Matias-Pereira (2010, p. 34) aponta que o Estado “tem como finalidade precípua atender à razão natural da vida em sociedade e promover a realização das expectativas do homem em busca da felicidade comum, ou seja, do bem comum”.

Matias-Pereira (2010) insiste:

O Estado é o detentor da soberania, e a soberania define-se pelo poder político que se configura na faculdade de ordenar a organização social e de deliberar sobre os assuntos de natureza coletiva, devendo agir sempre e em todos os atos de conformidade com o interesse coletivo. (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 34).

Torna-se nítido então que o Estado tem as prerrogativas necessárias para dar rumo às questões econômicas e políticas, definindo ou pelo menos indicando qual o caminho mais seguro a sociedade pode seguir, priorizando suas decisões sob a ótica do desenvolvimento social e não somente pelo viés econômico.

Para Habermas (2000), o Estado Social é o final de uma evolução pela qual o Estado tem passado, especialmente a partir do século XIX. O autor então define alguns dos objetivos desse Estado Social:

A dialética entre igualdade jurídica e desigualdade real fundamenta a tarefa do Estado social que consiste em assegurar condições de vida sociais, tecnológicas e ecológicas que permitam a todos, em condições de igualdade de oportunidades, tirarem proveito dos direitos cívicos igualmente distribuídos. (HABERMAS *apud* MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 64).

Entende-se, a partir dessas informações, que o Estado tem o poder de dirimir suas ações, bastando para tanto, que sua administração seja realizada com o intuito de

prover a sociedade com políticas públicas que alcancem toda a população e não somente determinadas classes.

Nesse sentido, surge um novo termo na literatura que tenta “orientar” os administradores públicos quanto aos problemas detectados nos países em desenvolvimento, essa palavra é “Governança”. Matias-Pereira (2010, p. 73-74) afirma que: “No final dos anos 1980, o termo governança ressurgiu nas ações e decisões do Banco Mundial, em decorrência da percepção de que havia problemas de “má governança” nos países em vias de desenvolvimento”. O autor explica que: “na formulação proposta pelo Banco Mundial, governança é definida originalmente como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais tendo em vista o desenvolvimento”.

A ideia central da governança seria dar transparência aos atos públicos e que as políticas sociais fossem definidas em conformidade com aquilo que realmente fosse desejo da maioria da população, tornando-as literalmente efetivas. Pelas fortes desigualdades evidenciadas hoje nos países, mormente no Brasil, parece, *a priori*, que o modelo de governança não funcionou, considerando-se que ele tenha sido almejado um dia.

Verifica-se, finalmente, que o conceito de desenvolvimento social ao mesmo tempo em que é vago, é também bastante amplo. Definir o que é social, parece da mesma forma ser difícil, especialmente quando o conceito de econômico está tão arraigado na vida das pessoas e na visão do Estado.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição de algumas teorias relacionadas tanto ao desenvolvimento econômico quanto ao desenvolvimento social, podem-se inferir algumas considerações, que não tem o objetivo de cessar os debates sobre o tema, mas pelo contrário, chamar a atenção para a necessidade de se discutir esses “dois lados da moeda”, para que o conhecimento possa ser ampliado.

Comparar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social não parece ser a maneira mais justa de iniciar o debate, haja vista que o primeiro tem ideologicamente forte penetração na mente e na vida das pessoas. A princípio parece que a lógica econômica é a única forma racional de conduta de vida e o Estado a reproduz de forma consciente. Por outro lado, falar de desenvolvimento social soa utópico, principalmente quando se tem a visão de que o social deve sempre estar envolto pelo econômico. Sem este aquele não funciona.

Outro tópico essencial nesta discussão é o papel do Estado. Enfático mais no viés econômico que no social, ele reproduz a ideologia de uma classe que defende o liberalismo e o individualismo como desenvolvimento, deixando à margem questões sociais relevantes. Em 1848, Karl Marx, em sua obra intitulada “Manifesto do Partido Comunista”, antecipava o que ocorre ainda hoje, quando dizia que “o Estado é o comitê executivo da classe

burguesa”. Ou seja, a velha utopia de que o Estado é neutro.

Vale ressaltar que as considerações acerca do desenvolvimento econômico não têm por objetivo aqui endemonizar o desenvolvimento econômico e canonizar o desenvolvimento social. Acredita-se que os dois necessitam caminhar juntos, sem a imposição de que um é melhor que o outro. Ainda que essa afirmação possa parecer utópica, é essencial lembrar que alguns governos, em diversas épocas e países, já conseguiram minimizar alguns problemas sociais que pareciam, a princípio, sem soluções.

Finalmente, é possível compreender que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social são cada qual o lado de uma moeda. Cabe a cada país, a cada governo definir ou decidir qual face da moeda desejam privilegiar, se a dimensão social ou a dimensão econômica, e compreender que essa decisão certamente trará grandes consequências à população.

## REFERÊNCIAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o minidicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. *Estudos Avançados (USP)*, v.4, n. 8, p.166-187, São Paulo, Jan./Abr. 1990.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, L.I., v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MILL, John S. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2v. (Coleção Os Economistas).

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva *agente x principal*. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. São Paulo: FGV, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas públicas: contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). *Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas*. São Paulo: Atlas, 2010.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

*Desenvolvimento Social e Urbano*. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atacao/Desenvolvimento\\_Social\\_e\\_Urbano/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atacao/Desenvolvimento_Social_e_Urbano/). Acesso em 12/07/2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Econômico-financeira 83  
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361  
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51  
Auditoria 83, 84, 86, 190

### C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95  
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157  
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360  
Comunidade de Aprendizagem 111, 362  
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418  
Contabilidade Pública 83  
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

### D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109  
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25  
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360  
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357  
Direito empresarial 6, 20

### E

Educação Intercultural 1, 13, 14  
Ensino Prisional 53, 55  
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

## **G**

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

## **I**

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

## **J**

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

## **K**

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

## **L**

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

## **M**

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

## **P**

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

## **R**

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

## **S**

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021



# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021